



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as Demonstrações Contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.

Desempenho das Operações de Seguros

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2017, faturamento de R\$ 5.783 bilhões (R\$ 5.766 bilhões no exercício de 2016). No ramo de automóveis, a Companhia manteve a política de tarifação pela característica individual de cada segurado, sofisticando sua subscrição através de modelagem estatística e ferramentas mais adequadas de tarifação. Nos Ramos Elementares, atuou em seguros corporativos e massificados, onde manteve uma expressiva carteira de seguros residenciais, atingindo cerca de 1,3 milhão de segurados segurados.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de julho de 2017, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com posterior incorporação do acervo cindido pela sua controladora Bradesco Seguros S.A., no montante de R\$ 149.989 mil, decorrente da transferência de parte das operações de seguros de P&C (*Property and Casualty*), tais como, ramos Aeronáutico, Marítimo, Responsabilidade Civil e de Transportes ("Seguros de Grandes Riscos").

Inovações em Produtos e Serviços

Visando oferecer maior comodidade ao corretor e melhor proteção para o patrimônio dos seus segurados, a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros busca inovar e aperfeiçoar continuamente seus produtos e serviços. No exercício de 2017, destacam-se as seguintes ações:

- Aplicativo Assistência Dia e Noite: evolução do aplicativo com informação aos segurados que possuem rastreador CEABS sobre a condição da bateria de seu veículo; implantação de novo *design*; novas funções do acompanhamento de sinistro de Automóvel, com a mesma visão já existente no Site do Segurado e no Portal de Negócios; centralização dos serviços de assistência na opção "Solicitar Assistência"; nova Central de Sinistros; consulta rápida de dados da apólice; serviços de notificação de acidentes; melhorias na busca de oficinas e BAC (Bradesco Auto Center); e envio de fotos de documentos pendentes para a seguradora por meio de celular;
- Sinistro Auto Fácil: foram implementadas novas funcionalidades para *upload* de documentos pendentes para regulação do sinistro, com apresentação da lista desses documentos e detalhamento da quantidade por meio da *web*. Além disso, é enviado aviso das pendências por meio de *SMS* e *e-mail* ao responsável pela abertura do aviso de sinistro. Também foi realizada a expansão do Acompanhamento *On-line* de Sinistro de Auto, ampliada a capacidade de *download* de arquivos de documentos e implantada a Gestão de Indenização Integral, que proporciona ao segurado maior agilidade no ressarcimento de processos caracterizados como Indenização Integral, para o ramo Auto, por meio de um novo sistema de indenização integral para despachantes;
- Renove Fácil: iniciativa que tem como objetivo proporcionar aos corretores a melhor experiência no processo de renovação de seguros de automóvel. Dentre as principais entregas, estão: a "Blindagem" de renovação, que garante condição especial de preço para o corretor original da apólice; aviso de que há um corretor concorrente cotando um negócio seu; pré-cotação das renovações, o que imprime mais rapidez e praticidade ao processo; notificação no Portal de Negócios das apólices a renovar; e antecipação da escolha da forma de pagamento para o momento do cálculo do seguro;
- Vistoria e Inspeção Bradesco: o projeto objetiva tornar mais ágil e eficiente o processo de realização de vistorias e inspeções de risco de seguros de Automóvel e Ramos Elementares. Foi desenvolvida a atribuição automática dos pedidos novos de inspeção para o prestador do serviço mais próximo ao local de risco (funcionalidade que reduz aproximadamente 80% do tempo médio despendido para análise e distribuição dos pedidos); acompanhamento de inspeção via Portal de Negócios; pesquisa de satisfação *on-line*; evolução na qualidade do processo de agendamento de vistoria prévia de Auto; inclusão do processo de inspeção de risco para o ramo Náutico; e automatização dos pedidos de inspeção para os ramos de Equipamentos, Residencial, Condomínio e Empresarial para a região Sul e estado de São Paulo, reduzindo sensivelmente o tempo de cadastro do pedido e agendamento de vistoria prévia para Automóvel, na modalidade frota, para até 120 veículos de uma só vez;
- Salvare: célula criada para atender necessidades da área de Salvados, visando reduzir despesas, aumentar a eficiência operacional e a recuperação de receitas da Bradesco Auto/RE. Foram realizadas melhorias no sistema de Salvados de Automóvel que resultarão na economia mensal pela redução de diárias de patão dos veículos;
- Melhorias no Atendimento e Suporte ao Corretor: *chat* para atendimento de sinistros; além de novas funcionalidades nos sistemas de cotação de Ramos Elementares; revisão de regras de aceitação e inspeção para melhor seleção do risco e otimização de processos operacionais de Auto e RE; e ampliação do acompanhamento de sinistro Auto para o Site Assessorias e implantação de comunicação ativa com o corretor para alertar sobre cancelamento e declínio de propostas de Auto;
- Lançamento do Programa Repare Fácil no Portal do Segurado: o projeto consiste em dois novos serviços: o Super Martelinho (recuperação de amassados de pequeno e médio porte); e o Reparo Rápido (conserto de arranhadados e amassados na lataria externa ou para-choque), com recuperação da pintura em até 4 horas;
- Serviço "Anjo da Guarda": implantação do serviço que consiste no envio de um profissional devidamente treinado para conter situações emergenciais, prestar auxílio e oferecer companhia ao segurado até a chegada do guincho;
- QAR Carga e QAR Frota: implantação dos novos Questionários de Avaliação de Risco no ramo Automóvel, na modalidade frota e também para veículos de carga, com o propósito de apresentar uma melhor aceitação e precificação mais adequada para esse tipo de risco;
- Bradesco Auto Center (BAC): inauguração das unidades nas cidades de Bauru e Londrina, totalizando 33 unidades. As outras cidades são Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Joinville, Maceió, Natal, Osasco, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, Santo André, Santos, São Paulo e Vitória. Além de diversos serviços oferecidos, os segurados contam com o agendamento de serviços pela *internet*, no *site* www.bradescoautocenter.com.br, ou pela Central de Atendimento, proporcionando mais conforto e comodidade para os segurados; e
- Revisão e aperfeiçoamento do processo de cotação e aceitação do produto Náutico.

Resultado do Exercício

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2017, Lucro Líquido de R\$ 106.007 milhões (R\$ 108.657 milhões no exercício de 2016).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Auto/RE, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Investimentos

Os Ativos financeiros estão classificados nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme normas contábeis em vigor.

Eventos Societários

Ressaltam-se as alterações de capital deliberados nas Assembleias Gerais Extraordinárias:

- a) em 27 de março de 2017, no montante de R\$ 25.903 milhões, elevando-o de R\$ 1,105 bilhão para R\$ 1,131 bilhão, representado por 221.002 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal; e
- b) em 03 de julho de 2017, no montante de R\$ 149,989 milhões, reduzindo-o de R\$ 1,131 bilhão, para R\$ 981 milhões, sem alteração no número de ações.

Maiores detalhes constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Responsabilidade Socioambiental

Programa Auto Reciclagem: projeto pioneiro que atende 90% do território brasileiro e consiste no reaproveitamento de sucatas e peças substituídas de veículos danificados em acidentes. As peças são doadas às empresas de reciclagem, que devem possuir certificação de empresas especializadas na coleta desses itens para o processo de reciclagem. A Companhia disponibiliza consulta a um sistema *on-line* através do qual a empresa credenciada pode verificar em quais oficinas há material disponível para reciclagem, visando planejar a logística de coleta. Nesta linha, pode-se acompanhar toda a cadeia de reciclagem, evitando que peças de automóveis sejam depositadas em margens de rios ou em terrenos baldios. Desde o seu lançamento, em 2009, o Programa já recolheu mais de quatorze mil toneladas de material;

Bradesco Seguro Residencial – Assistência Sustentável: lançado em maio de 2015, o serviço de Assistência Sustentável, disponível

para os clientes do Bradesco Seguro Residencial, possibilita o descarte ecologicamente correto de bens em desuso, como móveis, colchões e equipamentos eletrodomésticos, além de proporcionar ao segurado, dicas de economia de água, energia e reciclagem de lixo doméstico. O serviço é acionado por meio da Central de Atendimento, agendando data e hora para retirada dos materiais que são desmontados e separados para o aproveitamento ou o descarte correto. Com esse serviço o segurado alia o conforto de ser atendido em casa à garantia de que os materiais descartados serão devidamente reciclados; e

Operação Atendimento em Situação Climatológica Severa: também conhecido como Operação Calamidade, visando facilitar a vida dos clientes, vítimas de qualquer imprevisto decorrente de ventania, enchentes ou raios, entre outras manifestações climatológicas, afim de não apenas à preservação do patrimônio conquistado, mas à saúde e à vida, em situações ligadas aos acidentes naturais, cada vez mais recorrentes. A Operação Calamidade consiste em identificar, analisar e priorizar situações decorrentes de uma catástrofe, como por exemplo, um telhado danificado por vento, concentrando os esforços para, no menor tempo possível, quantificar e indenizar clientes envolvidos em tragédias naturais.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Risco implantada, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de risco assumidos com base nas compensações risco-retorno para alcançar os objetivos estratégicos, assegurar o acultamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, visando o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, objetivando aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes. As sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com o objetivo de preservar a confiabilidade e sempre contribuir para o desenvolvimento organizacional sustentável, o sistema de governança corporativa prevê relações entre as partes interessadas, externas e internas, as devidas prestações de contas baseadas em princípios de equidade, transparência, ética e uma gestão que busque sempre a excelência em seus processos, em conjunto com ferramentas eficientes de monitoramento, assegurando a aderência regulatória e a preservação dos valores estabelecidos nos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco e Códigos de Conduta Ética Setoriais.

Fundamentados nessas premissas, mecanismos implementados colaboram na administração da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros: uma estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões de conduta e de responsabilidade corporativa; canais de comunicação para acolher opiniões, críticas, reclamações e informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, tratadas com confidencialidade; normas e procedimentos internos para traçar com clareza as diretrizes e responsabilidades de todos os profissionais que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros.

Controles Internos e Compliance

A conformidade às leis e regulamentações é item indispensável nas atividades de Controles Internos e *Compliance* do Grupo Bradesco Seguros. Para a garantia desse item, a monitoria da publicação de normativas pelos Órgãos Reguladores é realizada diariamente, seguida do acompanhamento das ações necessárias à respectiva implementação para o atendimento regulatório. Ainda, em atendimento às determinações legais e baseado na política da Organização Bradesco, a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros realiza tempestivamente testes de aderência dos contratos, avaliando sua efetividade na mitigação dos riscos, de acordo com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley* e/ou com os principais *frameworks* de controles, como o *COSO* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o *COBIT* (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, visando proporcionar segurança razoável para o alcance dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como a atuação do Comitê Executivo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo, que objetiva acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao assunto no Grupo Bradesco Seguros. Destaca-se também o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrangem palestras, cursos à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros coibe e busca combater toda prática ou negócio com indícios de fraude ou qualquer outra prática ilícita, independentemente de sua proporção. Mantém-se também vigilante na prevenção e detecção dessas possíveis ocorrências, minimizando seus riscos operacionais, legais e reputacionais, assegurando assim a aderência às regulamentações vigentes.

Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos e também disponibiliza diferentes canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, acompanhando e apurando, quando cabível, as operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

Quando da ocorrência de um evento inesperado que venha interromper suas operações, a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros está preparada para continuar seus processos críticos e essenciais de negócios, em especial aqueles que afetam o cliente, através do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Trata-se de um conjunto de atividades, garantido por simulações e testes programados ou não, que visa assegurar a manutenção de suas operações, minimizando os efeitos e as perdas decorrentes de interrupções não previstas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Bradesco Auto/RE. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Premiação

Pela oitava vez consecutiva, o Bradesco Seguros Residencial foi considerado "Melhor do Mercado" e "Escolha Certa" pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste).

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
ATIVO			
CIRCULANTE		3.169.825	5.092.795
Disponível		32.685	25.907
Caixa e bancos		32.685	25.907
Equivalente de caixa		-	25.063
Aplicações	4	1.105.109	1.897.559
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.213.450	1.516.135
Prêmios a receber	6	1.192.175	1.434.370
Operações com seguradoras		8.819	9.038
Operações com resseguradoras	7	12.456	72.727
Outros créditos operacionais		191.628	218.878
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	37.923	776.377
Títulos e créditos a receber		59.163	67.226
Títulos e créditos a receber		7.492	8.909
Créditos tributários e previdenciários	9 a	50.711	57.290
Outros créditos		960	1.027
Outros valores e bens		86.800	87.560
Bens à venda	8 a	86.800	86.372
Outros valores		-	1.188
Despesas antecipadas		49.076	66.354
Custos de aquisição diferidos	17c	393.991	411.736
Seguros		393.991	411.736
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.074.265	3.365.699
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.783.520	3.076.999
Aplicações	4	3.540.280	2.581.892
Créditos das operações com seguros e resseguros		158	155
Operações com seguradoras		158	155
Outros créditos operacionais		295	295
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	12.724	145.510
Títulos e créditos a receber		223.473	340.046
Títulos e créditos a receber		-	5.625
Créditos tributários e previdenciários	9 a	60.883	133.568
Depósitos judiciais e fiscais	10	159.399	200.634
Outros créditos		3.191	219
Despesas antecipadas		443	544
Custos de aquisição diferidos	17c	6.147	8.557
Seguros		6.147	8.557
INVESTIMENTO		1.060	999
Outros investimentos		1.060	999
IMOBILIZADO	11	8.680	10.791
Bens móveis		5.262	6.397
Outras imobilizações		3.418	4.394
INTANGÍVEL	12	281.005	276.910
Outros intangíveis		281.005	276.910
TOTAL DO ATIVO		7.244.090	8.458.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2017	2016
PASSIVO			
CIRCULANTE		4.239.681	5.138.745
Contas a pagar		246.988	234.801
Obrigações a pagar		139.320	118.694
Impostos e encargos sociais a recolher	14	86.799	98.310
Empargos trabalhistas		4.197	5.545
Impostos e contribuições	15	14.728	10.395
Outras contas a pagar		1.944	1.857
Débitos de operações com seguros e resseguros		239.907	366.155
Prêmios a restituir		3.530	3.771
Operações com seguradoras		6.504	19.884
Operações com resseguradoras		41.933	158.241
Corretores de seguros e resseguros	7c	153.276	177.092
Outros débitos operacionais		34.664	7.167
Depósitos de terceiros	16	50.054	58.887
Provisões técnicas - seguros	17	3.701.132	4.477.302
Danos		3.701.132	4.477.302
Outros débitos		1.600	1.600
Débitos diversos		1.600	1.600
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.021.557	1.277.212
Provisões técnicas - seguros	17	858.033	1.116.395
Danos		858.033	1.116.395
Outros débitos		163.524	160.817
Provisões judiciais	18 (v)	155.257	150.950
Outros débitos		8.267	9.867
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	1.982.852	2.042.537
Capital social		981.011	1.005.097
Aumento de capital em aprovação		-	100.000
Reservas de lucros		988.675	1.007.942
Ajustes de avaliação patrimonial		13.166	(70.502)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.244.090	8.458.494

continua



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Prêmios emitidos	23, 24a	5.782.596	5.766.148
Variação das provisões técnicas de prêmios		(37.001)	(74.554)
Prêmios ganhos	23	5.745.595	5.691.594
Receitas com emissão de apólices	24b	10.774	10.287
Sinistros ocorridos	24c	(3.346.714)	(3.371.104)
Custos de aquisição	24d	(970.221)	(981.101)
Outras despesas operacionais	24e	(476.653)	(490.857)
Resultado com resseguro	24f	(104.055)	(130.493)
Receita com resseguro		86.381	137.792
Despesa com resseguro		(190.436)	(268.285)
Despesas administrativas	24g	(993.996)	(950.217)
Despesas com tributos	24h	(130.172)	(115.133)
Resultado Financeiro	24i	477.184	548.234
Receitas Financeiras		626.433	741.671
Despesas Financeiras		(149.249)	(193.437)
Resultado patrimonial		(4)	-
Resultado operacional		211.738	211.210
Ganhos e perdas com ativos não correntes		1.529	6.752
Resultado antes dos impostos e participações		213.267	217.962
Imposto de renda	24j, 25	(53.799)	(53.571)
Contribuição social	24j, 25	(44.467)	(45.643)
Participações sobre o resultado		(8.994)	(10.091)
Lucro líquido do exercício		106.007	108.657
Quantidade de ações		221.002	218.333
Lucro por ação - R\$		479,67	497,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	106.007	108.657
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	139.447	210.172
Efeitos dos impostos	(55.779)	(84.069)
Total do resultado abrangente do exercício	189.675	234.760
Atribuível ao controlador	189.675	234.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos e participações	213.267	217.962
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	94.091	84.725
- Perda na alienação de outros valores e bens	470	-
- Perda na alienação de investimentos e imobilizado	7	297
- Despesas antecipadas	17.379	19.562
- Custos de aquisição diferidas	3.976	3.311
- Ativos de resseguros provisões técnicas	258.561	(1.292)
- Variações das provisões técnicas	2.848.726	3.828.656
- Provisão para riscos sobre créditos	(50.030)	17.119
- Juros e variação monetária	(88.395)	26.138
Lucro líquido ajustado do exercício	3.298.052	4.196.478

	2017	2016
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	793.052	(528.391)
- Créditos das operações de seguros e resseguros	92.146	(210.497)
- Outros créditos operacionais	25.387	(63.422)
- Títulos e créditos a receber	34.221	(27.607)
- Outros valores e bens	4.867	(22.225)
- Contas a pagar	(16.313)	16.003
- Débitos das operações de seguros e resseguros	(17.900)	(555)
- Depósitos de terceiros	(8.833)	(12.170)
- Provisões técnicas - seguros	(2.894.153)	(3.805.025)
- Outros débitos	12.931	(77)

	2017	2016
Caixa líquido consumido pelas operações	(1.974.595)	(4.653.966)
- Imposto de renda sobre o lucro pago	(43.176)	(58.077)
- Contribuição de renda sobre o lucro pago	(35.042)	(48.028)

	2017	2016
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	1.245.239	(563.593)

	2017	2016
Atividades de investimento		
- Aplicações - títulos disponíveis para a venda	(958.990)	476.310
- Ajustes com títulos e valores mobiliários - positivos	139.447	208.700
- Aquisição de imobilizado	(1.571)	(885)
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(94.518)	(127.908)
- Baixa imobilizado	21	168
- Alienação de investimentos	26	-

	2017	2016
Caixa líquido (consumido)/ gerado nas atividades de investimentos	(915.585)	556.385

	2017	2016
Atividades de financiamento		
- Cisão Parcial	(247.930)	-
- Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(100.000)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(347.939)	-

	2017	2016
(Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	(18.285)	(7.208)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	50.970	58.178
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	32.685	50.970

	2017	2016
(Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	(18.285)	(7.208)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária				
Saldos em 1º de janeiro de 2016	875.097	130.000	77.431	847.660	(196.605)	(2.657)	-	1.730.926
Aumentos (redução) de capital:								
Portaria SUSEP nº 1.330 de 30/03/2016	130.000	(130.000)	-	-	-	-	-	-
AGE de 29/12/2016	-	100.000	-	-	-	-	-	100.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	126.103	-	-	126.103
Ações em tesouraria reconhecida em coligada	-	-	-	-	-	2.657	-	2.657
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	108.657	108.657
Dividendos propostos (R\$118,23)	-	-	-	-	-	-	(25.806)	(25.806)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	5.433	77.418	-	-	(82.851)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.005.097	100.000	82.864	925.078	(70.502)	-	-	2.042.537
Aumentos (redução) de capital:								
AGE de 27/03/2017	-	25.903	-	(97)	-	-	-	25.806
AGE de 03/07/2017	-	(149.989)	-	-	-	-	-	(149.989)
Portaria SUSEP/DIORG nº 290 de 27/03/2017	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP/DIORG nº 463 de 17/07/2017	25.903	(25.903)	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP/DIORG nº 7.007 de 04/10/2017	(149.989)	149.989	-	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	83.668	-	-	83.668
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	106.007	106.007
Dividendos antecipados (R\$ 452,48 por ação)	-	-	-	(100.000)	-	-	-	(100.000)
Dividendos propostos (R\$ 113,92 por ação)	-	-	-	-	-	-	(25.177)	(25.177)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	5.300	75.530	-	-	(80.830)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	981.011	-	88.164	900.511	13.166	-	-	1.982.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros dos ramos elementares em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio de Janeiro. A Companhia é controlada direta da Bradesco Seguros S.A. e em última instância do Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 31 de janeiro de 2018.

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a divulgação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos custos de seguros; 4 - Aplicações; 17 - Provisões técnicas - seguros e custos de aquisição diferidos e 18 - Provisões judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos custos de vencimento (conforme nota explicativa 4b). Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos.

e. Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Aplicações e Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, estão descritos a seguir:

(i) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreendem os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é determinado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa Balcão (B3).

As debêntures são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença

entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

(viii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Redução ao valor recuperável (impairment) de empréstimos e recebíveis

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde seapura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguradores, o estudo avalia a evolução dos saldos a recuperar pendentes por ano de pagamento do sinistro dos últimos 12 anos. A taxa a ser utilizada na apuração e constituição da redução ao valor recuperável, será obtida com base na média sem extremos dos sinistros pendentes de recuperação no segundo ano após o pagamento do sinistro e aplicado no saldo total pendente de recuperação, por ramo.

No caso das recuperações de coseguro, o estudo consiste em observar as recuperações de sinistros de coseguro cedido, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses, sobre valores com atraso há mais de 164 dias, levando-se em consideração a média ponderada de dias do fluxo de liquidação de sinistros.

h. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, reconhecidos pelo custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para o exercício corrente e comparativo: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitoria em imóveis de terceiros.

i. Intangíveis

Software adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

j. Outros valores e bens

É composto substancialmente por estoque de bens salvados recuperados. Esses ativos são avaliados ao valor recuperável deduzidos dos custos de vendas dos bens. Mensalmente é constituída provisão para perda por desvalorização se identificado que o bem está mantido para venda há mais de 180 dias.

k. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As provisões técnicas da Companhia são apresentadas brutas de recuperações de resseguro, cujos montantes se encontram registrados no ativo, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações da Companhia para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir rating mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de perdas são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

l. Custos de aquisição diferidos

Custos de aquisição diferidos compreendem os custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada, pelo período de vigência das respectivas apólices.

m. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

n. Provisões técnicas

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de coseguros e brutos de cessão de resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros, deduzido dos custos iniciais de contratação. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo o saldo da provisão de sinistros a liquidar (PSL) na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência e considera ainda a estimativa dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação. Até a data-base de dezembro/2016 somente era constituído o IBNR, sem segregação do IBNER. Essa alteração na metodologia foi feita em janeiro/2017 na carteira de Automóvel de modo a permitir melhor alocação do capital entre as provisões de sinistro, e não teve impacto no resultado da Companhia.



Bradesco Seguros

Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

CNPJ Nº 92.682.038/0001-00

A provisão complementar de cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Para a data-base não foi identificada necessidade de provisão complementar de cobertura. A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas às indenizações e está dimensionada para abranger tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro como também as despesas de sinistros não discriminadas, ou seja, aquelas agrupadas para toda carteira. Outras provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

(I) Operações com o Convênio DPVAT

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do exercício e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

(ii) Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos (PSL e IBNR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas referentes a produtos em *run-off* foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, não houve necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

Em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, não foram incluídos no teste de adequação, os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

A sinistralidade média projetada no estudo desta Companhia foi de 50,21% fortemente influenciada pela estimativa de prêmio futuro da carteira de seguro habitacional, cuja característica é baixa sinistralidade e prazos longos de vigência, pois acompanha o período de financiamento do imóvel.

O resseguro médio projetado no estudo desta Companhia, calculado com base nos sinistros avisados foi de 2,05%.

o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando de importância relevante, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

p. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida

A companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante fundando contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTMV é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/2015 a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

r. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros, e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endorços e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos de contratos proporcionais é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado, enquanto o diferimento dos prêmios de contratos não proporcionais é realizado em função do período de vigência dos respectivos contratos.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 47 – Receita de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018.

A Administração, com base em sua avaliação, concluiu que não haverá impacto significativo em suas demonstrações contábeis. A SUSEP aprovou o CPC 47, conforme Circular SUSEP nº 561, emitida em dezembro de 2017.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48/IFRS 9 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB e CVM, por meio da Deliberação CVM 788/2017, aprovou o Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2021. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguros considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de Janeiro de 2019.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e portanto, a Administração concluiu sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3 Gerenciamento de Riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de seguros/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia. São realizados investimentos nas áreas relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo

escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua adequada identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura do que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais relacionadas na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições cálculo de capital regulatório para esse negócio e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

O processo de gerenciamento busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, *Asset Liability Management* (ALM). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas operativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

- Flutuações na ocorrência, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração.

As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros;
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (ex.: explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), ramfimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

A Companhia monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

As Superintendências Executivas Técnicas desenvolveram mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Seguros de Bens – Sensibilidades em 31 de dezembro de 2017

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Bruto de		Líquido de	
	resseguro	R\$ mil	resseguro	R\$ mil
Auto	(22.347)		(22.347)	
Ramos elementares	(8.588)		(7.540)	

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos.

Região Geográfica	Líquido de Resseguro R\$ mil - 2017		
	Auto	Ramos Elementares	Total
Sudeste	1.619.360	993.113	2.612.473
Sul	916.336	259.096	1.175.432
Nordeste	824.166	86.655	910.821
Centro-Oeste	600.901	70.619	671.520
Norte	125.939	24.430	150.369
Total (*)	4.086.702	1.433.913	5.520.615

Região Geográfica	Líquido de Resseguro R\$ mil - 2016		
	Auto	Ramos Elementares	Total
Sudeste	1.562.281	950.682	2.512.963
Sul	848.429	263.630	1.112.059
Nordeste	802.742	85.930	888.672
Centro-Oeste	598.273	68.997	667.270
Norte	112.719	23.886	136.605
Total (*)	3.924.444	1.393.125	5.317.569

(*) Não inclui os montantes de R\$ (23.433) (R\$ 12.119 em 2016), referente a prêmio de riscos vigentes e não emitidos (RVNE), R\$ 121.634 (R\$ 173.807 em 2016), relativo aos prêmios do convênio DPVAT.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito. Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A.. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e *rating* superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

No exercício, o prêmio cedido em resseguro foi de 10,33% (15,93% em 31 de dezembro de 2016) do prêmio emitido de ramos elementares (RE), enquanto o prêmio emitido líquido de seguro de RE foi de R\$ 1.584.855 (R\$ 1.661.898 em 31 de dezembro de 2016). No quadro abaixo é demonstrada exposição ao risco de crédito resseguro, contendo créditos e débitos de operações com resseguradores e os ativos de resseguro. A queda nos valores trata-se basicamente da transferência da carteira de seguros de grandes riscos da Bradesco Seguros, que foi integrada à operação da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A..

	2017		2016		
TIPO	Rating	Exposição (R\$)	%	Exposição (R\$)	%
LOCAL	AAA	46.617	77,65	803.217	84,91
ADMITIDA	AA+	1	-	113	0,01
ADMITIDA	AA-	3.145	5,24	59.706	6,31
ADMITIDA	A+	5.108	8,51	46.618	4,93
ADMITIDA	A	4.382	7,30	31.183	3,30
ADMITIDA	A-	780	1,30	5.142	0,54
Total		60.033	100,00	945.979	100,00

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que a maior parte da carteira de investimentos está concentrada em Títulos de Renda Fixa Públicos como demonstrado abaixo:

	Exposto exclusivamente			Total
	AAA	AA	A	
Ativos Financeiros/Rating	670.404	392.510	38.398	1.101.312
A valor justo por meio do resultado	670.404	392.510	38.398	1.101.312
Título de Renda Fixa Público	630.904	-	-	630.904
Título de Renda Fixa Privado	39.500	392.510	38.398	470.408
Disponíveis para a venda	3.540.842	-	-	3.235
Título de Renda Fixa Público	3.529.662	-	-	3.529.662
Título de Renda Fixa Privado	11.180	-	-	11.180
Título de Renda Variável	-	-	-	3.235



d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez
O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (I)	Fluxo de Passivos (II)
A vista ou sem vencimento definido.....	32.685	3.641
Visto de 0 a 3 meses.....	1.668.542	1.169.852
Visto de 3 a 6 meses.....	210.220	635.716
Visto de 6 a 9 meses.....	126.136	473.017
Visto de 9 a 12 meses.....	5.438	317.046
Visto de 12 a 60 meses.....	3.741.238	627.556
Visto acima de 60 meses.....	519.973	147.776
Total	6.304.232	3.374.604

- (i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, equivalente de caixa, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.
- (ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos das operações com seguros e resseguro. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente, é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê Executivo de Investimentos e Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas. Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Fator de Risco	Cenário	
	Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	Índice Brasil Bolsa Balcão (b3) em pontos..
Taxa Pré-fixada de 1 ano.....	6,88%	75.638
Cupom de IPCA de 1 ano.....	2,80%	

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Exercício	Taxa de juros em Reais (246)	Índices de preços (245)	Cupom cambial (2)	Moeda estrangeira (61)	Renda variável (11)	Total sem correlação (565)	Total com correlação (441)
Dezembro 2017							
Definição.....							

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de erros internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento, controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2017	%	2016	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.101.312	23,71	1.894.364	42,29
Títulos de renda fixa - fundos de investimento.....	1.101.312	23,71	1.894.364	42,29
Títulos disponíveis para venda	3.544.077	76,29	2.585.087	57,71
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional.....	1.436.682	30,92	-	-
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional.....	1.341.028	28,87	1.452.883	32,43
Títulos de renda fixa - fundos de investimento.....	752.514	16,20	1.123.483	25,08
Títulos de renda fixa - debêntures.....	10.618	0,23	6.389	0,14
Títulos de renda variável - ações.....	3.235	0,07	2.332	0,06
Total	4.645.389	100,00	4.479.451	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2017		Valor contábil/valor justo	Valor a valor justo	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias			
Títulos a valor justo por meio do resultado	411.657	16.595	811	672.249	1.101.312
Quotas de fundos de investimento.....	354.170	-	-	354.170	354.170
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	333.269	333.294
Letras do tesouro nacional.....	-	-	-	277.855	275.748
Letras financeiras emissores privados.....	22.945	16.595	-	14.291	53.781
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (nota 22).....	34.542	-	-	34.542	34.542
Certificado de recebíveis imobiliários.....	-	-	-	21.026	21.032
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	19.780	19.430
Debêntures.....	-	-	811	6.028	6.823
Títulos disponíveis para venda	3.797	-	-	3.540.280	3.544.077
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	2.092.980	2.095.896
Letras do tesouro nacional.....	-	-	-	1.436.682	1.424.745
Debêntures.....	-	-	-	10.618	46
Ações.....	3.235	-	-	3.235	883
Notas do tesouro nacional - operação compromissada (nota 22).....	562	-	-	562	562
Total	415.454	16.595	811	4.212.529	4.645.389

	2016			Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias			
Títulos a valor justo por meio do resultado	423.388	71.249	81.649	1.318.078	1.894.364	94
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	990.174	990.376	(2.088)
Quotas de fundos de investimento.....	307.357	-	202	-	307.357	307.357
Letras do tesouro nacional.....	12.708	-	9.977	168.979	191.664	1.760
Letras financeiras emissores privados.....	-	71.249	52.427	53.726	177.402	674
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (nota 22).....	103.309	-	-	-	103.309	103.309
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	97.022	97.022	305
Debêntures.....	-	-	19.043	8.177	27.220	(557)
Notas do tesouro - operação compromissada (nota 22).....	-	-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	3.195	-	-	14	14	-
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	2.575.503	2.700.798	(125.295)
Debêntures.....	-	-	-	6.389	6.389	46
Ações.....	2.332	-	-	-	2.332	883
Notas do tesouro - operação compromissada (nota 22).....	863	-	-	-	863	862
Total	426.583	71.249	81.649	3.899.970	4.479.451	(117.408)

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2017	2016
Total das provisões técnicas	4.559.165	5.593.697
(-) Ativos de resseguro redutores.....	(35.816)	(820.425)
(-) Direitos creditórios (líquidos dos prêmios vencidos e não pagos).....	(920.736)	(1.045.744)
(-) Depósitos especiais no IRB - Brasil Resseguros S.A.....	-	-
(-) Provisões do convênio DPVAT.....	(353.695)	(307.288)
Total a ser coberto (A)	3.248.918	3.420.225
Títulos de renda fixa públicos.....	2.777.711	1.452.883
Quotas de fundos de investimentos.....	1.346.006	2.620.972
Ações.....	3.227	2.324
Total dado em cobertura (B)	4.126.944	4.076.179
Suficiência (B) - (A)	878.026	655.954

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	630.904	470.408	1.101.312	1.279.062	615.302	1.894.364
Quotas de fundos de investimento.....	-	354.170	354.170	-	307.357	307.357
Letras financeiras do tesouro.....	333.269	-	333.269	990.376	-	990.376
Letras do tesouro nacional.....	277.855	-	277.855	191.664	-	191.664
Letras financeiras emissores privados.....	-	53.831	53.831	-	177.402	177.402
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada.....	-	34.542	34.542	-	103.309	103.309
Certificado de recebíveis imobiliários.....	-	21.026	21.026	-	-	-
Notas do tesouro nacional.....	19.780	-	19.780	97.022	-	97.022
Debêntures.....	-	6.839	6.839	-	27.220	27.220
Notas do tesouro nacional - operação compromissada.....	-	-	-	-	14	14
Disponíveis para venda	3.532.897	11.180	3.544.077	2.577.835	7.252	2.585.087
Notas do tesouro nacional.....	2.092.980	-	2.092.980	2.575.503	-	2.575.503
Letras do tesouro nacional.....	1.436.682	-	1.436.682	-	-	-
Letras do tesouro nacional.....	-	10.618	10.618	-	6.389	6.389
Debêntures.....	-	-	-	-	-	-
Ações.....	3.235	-	3.235	2.332	-	2.332
Notas do tesouro nacional - operação compromissada.....	562	-	562	-	863	862
Total	4.163.801	481.588	4.645.389	3.856.897	622.554	4.479.451

e. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	1.894.364	2.585.087	4.479.451
(+) Aplicações.....	1.847.900	2.296.139	4.144.039
(-) Resgates.....	(2.890.669)	(1.663.076)	(4.553.745)
(+) Rendimentos.....	249.717	186.480	436.197
(+/-) Ajuste a valor justo.....	-	139.447	139.447
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	1.101.312	3.544.077	4.645.389

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	1.365.973	3.061.397	4.427.370
(+) Aplicações.....	2.736.430	607.443	3.343.873
(-) Resgates.....	(2.426.046)	(1.638.734)	(4.064.780)
(+) Rendimentos.....	218.007	348.488	566.495
(+/-) Ajuste a valor justo.....	-	206.493	206.493
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	1.894.364	2.585.087	4.479.451

f. Desempenho e taxas médias contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). No exercício, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 97,21% no acumulado do período, em relação ao referido *benchmark*, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 4,75%, 9,09% PRÉ (títulos pré-fixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos futuros em fundos de investimentos cujos diferenciais a pagar ou a receber (ajustes) são liquidados diariamente. Conforme determina a regulamentação vigente, as operações com contratos derivativos podem ser realizados nas carteiras e fundos de investimentos da Companhia desde que tenham como objetivo a proteção das carteiras, podendo, também, realizar operações de síntese

**7 Operações com resseguradores****a. Composição**

	2017	2016
Sinistros pagos a recuperar (nota 7c)	12.979	76.848
Provisão para risco de créditos	(523)	(4.121)
Operações com resseguradoras	12.456	72.727
Sinistros a liquidar	14.829	669.698
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	12.467	84.581
Provisão de prêmios não ganhos - resseguro cedido	21.314	133.548
Provisão de prêmios não ganhos - risco vigente não emitido	1.756	32.467
Provisão despesas relacionadas	281	1.593
Ativos de resseguro - provisões técnicas	50.647	921.887
Total	63.103	994.614

b. Movimentação

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	994.614	976.786
Cisão parcial da carteira de grandes riscos (nota 24b)	(721.428)	-
Constituição de provisões	294.174	619.937
Reversão de provisões	(235.156)	(483.133)
Sinistros recuperados	(230.790)	(159.918)
Atualização monetária de sinistros	(4.655)	37.909
Outros	(33.656)	3.033
Saldo em 31 de dezembro	63.103	994.614

c. Composição por ressegurador

Resseguradores	Categoria	2017			
		Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 24f)	Recuperação de sinistros (nota 24f)
IRB Brasil Resseguros S.A. e Munich					
Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	36.155	12.979	123.195	114.729
Outros	Admitida	5.778	-	40.585	-
Total		41.933	12.979	163.780	114.729

Resseguradores	Categoria	2016			
		Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 24f)	Recuperação de sinistros (nota 24f)
IRB Brasil Resseguros S.A. e Munich					
Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	97.717	76.848	185.135	121.307
Outros	Admitida	60.524	-	79.587	-
Total		158.241	76.848	264.722	121.307

d. Demonstração da carteira e do percentual ressegurado

Ramo	Prêmio emitido		% cessão	Sinistros ressegurados		Recuperação Sinistros (nota 24f)		% cessão
	2017	2016		2017	2016	2017	2016	
Risco operacional/nomeado	93.491	73.304	78,41	63.438	48.490	76,44	48.490	76,44
Marítimo/aeronáutico	49.767	22.279	44,77	66.766	45.934	68,80	45.934	68,80
Transportes	78.598	8.838	11,24	60.638	9.527	8,87	9.527	8,87
Equipamentos	131.416	14.613	11,12	96.656	13.714	14,19	13.714	14,19
Extra SFH	304.901	29.166	9,57	83.337	3.105	8,07	3.105	8,07
Outros	781.753	15.580	1,99	312.527	2.959	0,95	2.959	0,95
Total	1.439.926	163.780		638.503	114.729		114.729	

Ramo	Prêmio Resseguro Cedido (nota 24f)		% cessão	Sinistros ressegurados		Recuperação Sinistros (nota 24f)		% cessão
	2017	2016		2017	2016	2017	2016	
Risco operacional/nomeado	209.290	146.455	69,98	74.384	53.901	72,46	53.901	72,46
Marítimo/aeronáutico	65.577	40.773	62,18	40.003	19.452	48,63	19.452	48,63
Transportes	163.899	17.069	10,41	145.377	11.235	7,73	11.235	7,73
Equipamentos	130.466	14.687	11,26	83.337	7.726	9,27	7.726	9,27
Extra SFH	229.329	20.708	9,03	36.819	2.973	8,08	2.973	8,08
Outros	599.428	25.030	4,18	364.856	26.020	7,13	26.020	7,13
Total	1.397.989	264.722		744.776	121.307		121.307	

8 Bens a venda - Salvados**a. Composição**

	2017	2016
Automóvel	114.937	116.116
Ramos elementares	1.627	4.604
Subtotal	116.564	120.720
(-) Redução ao valor recuperável	(29.764)	(34.348)
Total	86.800	86.372

b. Aging-list

	2017	2016
De 1 a 30 dias	33.514	35.669
De 31 a 60 dias	23.417	23.043
De 61 a 120 dias	19.686	17.621
De 121 a 365 dias	21.521	26.038
Acima 365 dias	18.426	18.349
Subtotal	116.564	120.720
Redução ao Valor Recuperável	(29.764)	(34.348)
Total	86.800	86.372

9 Ativos e passivos fiscais**a. Créditos tributários e previdenciários líquidos**

	2017			2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	-	-	2.283	-	2.283
Impostos a pagar e empenhos	50.711	8.073	58.784	55.007	7.883	62.890
Créditos tributários diferidos (b-i)	-	104.392	104.392	-	168.150	168.150
Obrigações fiscais diferidas (b-ii)	-	(51.582)	(51.582)	-	(42.465)	(42.465)
Total	50.711	60.883	111.594	57.290	133.568	190.858

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**(i) Créditos tributários diferidos**

Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Saldo em 2016			Saldo em 2017		
	Constituição	Realização	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Saldo em 2017
Provisão para riscos de crédito	50.102	10.028	(30.301)	29.829	-	29.829
Provisão para contingências fiscais	43.734	5.478	(4.948)	44.264	-	44.264
Provisão para contingências cíveis	11.416	3.054	(2.316)	12.154	-	12.154
Provisão para contingências trabalhistas	3.648	1.885	(2.135)	3.398	-	3.398
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.057	-	-	1.057	-	1.057
Outros	11.192	13.690	(11.192)	13.690	-	13.690
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	121.149	34.135	(50.890)	104.392	-	104.392
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	47.001	-	(47.001)	-	-	-
Total dos créditos tributários	168.150	34.135	(97.893)	104.392	-	104.392

Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Saldo em 2015			Saldo em 2016		
	Constituição	Realização	Saldo em 2015	Constituição	Realização	Saldo em 2016
Provisão para riscos de crédito	43.247	6.990	(135)	50.102	-	50.102
Provisão para contingências fiscais	39.887	4.241	(394)	43.734	-	43.734
Provisão para contingências cíveis	12.815	7.915	(9.314)	11.416	-	11.416
Provisão para contingências trabalhistas	1.891	1.958	(201)	3.648	-	3.648
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.057	-	-	1.057	-	1.057
Outros	12.683	4.128	(5.619)	11.192	-	11.192
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	111.580	25.232	(15.663)	121.149	-	121.149
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	129.598	23.974	(106.571)	47.001	-	47.001
Total dos créditos tributários	241.178	49.206	(122.234)	168.150	-	168.150

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2016			Saldo em 2017		
	Constituição	Realização	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Saldo em 2017
Ajuste a valor de mercado - títulos disponível para venda	-	-	-	(8.778)	-	(8.778)
Atualização de depósito judicial	(42.465)	(339)	(42.804)	-	-	-
Total de obrigações fiscais diferidas	(42.465)	(9.117)	(51.582)	-	-	-

	Saldo em 2015			Saldo em 2016		
	Constituição	Realização	Saldo em 2015	Constituição	Realização	Saldo em 2016
Atualização de depósito judicial	(37.248)	(5.217)	(42.465)	-	-	-
Total de obrigações fiscais diferidas	(37.248)	(5.217)	(42.465)	-	-	-

d. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	4.467.817	1.075.729	2.051.575	2.406.504	2.630.295	3.128.018	3.017.311	3.706.304	4.156.707	3.820.838	3.480.574	-
Um ano após o aviso	4.666.638	1.031.658	2.029.031	2.385.656	2.607.545	3.028.046	2.846.094	3.454.846	4.023.227	3.640.475	-	-
Dois anos após o aviso	4.699.807	1.011.255	2.010.103	2.376.709	2.589.475	3.015.358	2.807.954	3.462.406	3.984.162	-	-	-
Três anos após o aviso	4.771.169	1.000.755	2.007.070	2.392.447	2.597.310	3.065.781	2.833.029	3.434.266	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	4.833.618	1.002.537	2.036.234	2.405.432	2.594.355	3.065.939	2.807.413	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	4.890.007	997.192	2.037.122	2.415.926	2.612.516	2.882.422	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	4.944.715	1.008.188	2.050.290	2.424.356	2.606.943	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	4.970.694	1.011.141	2.061.268	2.412.898	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	5.016.666	1.020.298	2.047.279	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	5.044.955	1.019.926	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	5.056.167	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	5.056.167	1.019.926	2.047.279	2.412.898	2.606.943	2.882.422	2.807.413	3.434.266	3.984.162	3.640.475	3.480.574	33.372.525
Pagamentos de sinistros efetuados	(5.035.250)	(1.010.375)	(2.032.230)	(2.384.339)	(2.572.560)	(2.830.107)	(2.747.152)	(3.354.015)	(3.874.918)	(3.491.092)	(2.716.296)	(32.098.334)
Provisão de sinistros a liquidar	20.917	9.551	15.049	28.559	34.383	52.315	60.261	80.251	109.244	149.383	714.278	1.274.191

Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros os seguros DPVAT e retrocessão no montante de R\$ 70.611, estimativa de salvados e ressarcidos R\$ (163.924) e IBNER no valor de R\$ 47.547.

Sinistros líquidos de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	4.038.658	851.308	1.785.979	2.252.425	2.434.366	2.798.686	2.811.845	3.520.970	3.801.086	3.660.594	3.442.853	-
Um ano após o aviso	4.096.531	838.116	1.767.571	2.226.547	2.409.938	2.688.221	2.645.925	3.304.870	3.689.978	3.541.572	-	-
Dois anos após o aviso	4.147.085	826.988	1.760.401	2.222.960	2.398.452	2.690.122	2.620.053	3.315.805	3.665.485	-	-	-
Três												



e. Aging de sinistros judiciais

	2017			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro Bruto de Resseguro.....	89.532	183.165	300.888	573.585
Sinistro Líquido de Resseguro	75.015	165.816	287.285	528.116
	2016			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro Bruto de Resseguro.....	150.655	270.337	406.538	827.530
Sinistro Líquido de Resseguro	145.742	248.279	322.499	716.520

f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros

	PSL judicial
Montante das ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	225.095
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	181.836
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais haviam provisão constituída	26.754
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas.....	59.748

18 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais questões são:

INSS - Vínculo de emprego

Valor provisionado em 2017 de R\$ 7.871 (R\$ 7.686 em 2016) onde se discute a contribuição previdenciária sobre a existência de suposto vínculo de emprego de prestadores de serviços.

INSS - Contribuição previdenciária

Corretores de seguro (LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991) - Valor provisionado e depositado judicialmente, em 2017 é de R\$ 103.236 (R\$ 98.869 em 2016). Discute-se a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses (para ex-funcionários) e últimos 60 meses (para terceiros).

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Companhia e das controladas não têm valores relevantes.

(iii) Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Auto de Infração no valor atual de R\$ 35.243, decorrente de atraso na entrega de arquivos digitais da escrituração contábil e fiscal, relativos ao ano de 2007, cuja exigibilidade está suspensa em razão de liminar concedida pelo TRF 2ª Região; e b) Auto de Infração no valor de R\$ 11.051, decorrente de autuação de PIS e COFINS relativo ao período de 07/2010 a 12/2011 sobre comissões devolvidas pelas corretoras sobre prêmios de apólice canceladas e ou restituídas, cuja exigibilidade encontra-se aguardando o julgamento de impugnação.

(iv) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

(v) Movimento das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras (*)	Total
Saldo em 1º janeiro de 2017	114.485	8.871	26.679	915	150.950
Constituição líquida de reversões e baixa	4.989	1.496	17.912	130	24.527
Pagamentos	(8.973)	(1.865)	(15.215)	-	(26.053)
Atualização monetária	5.833	-	-	-	5.833
Saldo em 31 de dezembro de 2017	116.334	8.502	29.376	1.045	155.257
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras (*)	Total
Saldo em 1º janeiro de 2016	108.354	4.375	29.251	-	141.980
Constituição líquida de reversões e baixa	4.647	5.537	14.828	915	25.927
Pagamentos	(5.963)	(1.041)	(17.400)	-	(24.404)
Atualização monetária	7.447	-	-	-	7.447
Saldo em 31 de dezembro de 2016	114.485	8.871	26.679	915	150.950

(*) Refere-se a constituição de provisão de honorários de êxito das Contingências Passivas com perspectiva de perda possível e remota.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 221.002 (218.333 em 2016) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	106.007	108.657
Constituição da reserva legal	(5.300)	(5.433)
Base de cálculo dos dividendos	100.707	103.224
Dividendos propostos no exercício (nota 22)	25.177	25.806
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25,00%	25,00%

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de março de 2017, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 25.903 milhões, sendo R\$ 25.806 em integralização de créditos existentes na Companhia provenientes de dividendos propostos em 2016, com a emissão de 2.669 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal e R\$ 97 mil mediante a capitalização de parte do saldo da conta de reservas de lucros - estatutárias, sem emissão de ações. Este ato foi aprovado pela portaria SUSEP/DIORG Nº 463, de 17 de julho de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de julho de 2017, foi deliberada a cisão parcial da Companhia seguida de incorporação do acervo ordinário pela sua controladora Bradesco Seguros S.A., com a consequente redução de capital no montante de R\$ 149.989 milhões, sem alteração no número de ações. Este ato foi aprovado pela portaria SUSEP/DIORG Nº 7007, de 04 de outubro de 2017.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral. A Administração irá propor ao acionista que delibere pelo aumento de capital ou por pagamento de dividendos em montante equivalente à parcela de reservas de lucros que exceder o valor do capital social da Companhia ao final do exercício.

20 Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	2017
Patrimônio líquido contábil	1.982.852
Ajustes Contábeis:	(330.524)
(-) Despesas antecipadas.....	(49.519)
(-) Ativos intangíveis	(281.005)
Ajustes contábeis à variação dos valores econômicos:	117.131
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	117.131
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.769.459
Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)	1.162.358
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (*)	1.162.358
Capital adicional de risco de subscrição	970.600
Capital adicional de risco de crédito	70.910
Capital adicional de risco de mercado.....	303.213
Capital adicional de risco operacional.....	37.300
Efeito da correlação (benefício).....	(216.665)
Suficiência de capital (PLA-CMR)	607.101
Ativos líquidos	4.126.944
Suficiência de ativos garantidores dos Ativos Líquidos (**)	878.027
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***)	1.097.893
Índice de liquidez em relação ao CR % (****)	80%

(*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.

(**) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquida dos valores redutores da necessidade de cobertura.

(***) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional)

(****) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%.

21 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2017 totalizou R\$ 8.708 (R\$ 6.038 em 2016), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$ 161.591 (R\$ 163.496 em 2016), sendo: benefícios concedidos R\$ 99.610 (R\$ 101.809 em 2016), benefícios a conceder R\$ 61.981 (R\$ 61.687 em 2016).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

22 Transações e saldos com partes relacionadas

	2017	2016		2017	2016
Ativo	76.230	165.232	Receitas	1.648	3.000
Disponível	28.688	23.742	Outras receitas	1.617	2.966
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	28.688	23.742	Europ Assistance Brasil Serviços de	1.617	2.966
Equivalentes de caixa	25.063	25.063	Assistência S.A. (empresa ligada) (b).....		
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (d)	-	25.063	Receita de juros	31	34
			Banco Bradesco S.A. (controlador final) ...	31	34
Aplicações	35.104	104.186	Despesas	(690.379)	(711.618)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (e)	35.104	104.186	Despesas com alugueis	(6.580)	(7.592)
Valores a receber	12.438	12.241	Banco Bradesco S.A. (controlador final) ...	(433)	(351)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (a)	5.964	783	BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada)	(6.147)	(7.241)
(empresa ligada)	6	2	Despesas com comissão	(134)	(118)
Europ Assistance Brasil Serviços de	6.463	11.452	Bradesco Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada)	(134)	(118)
Assistência S.A. (empresa ligada) (b).....			Despesas com serviços de terceiros	(293.522)	(308.601)
Atlântica Companhia de Seguros S.A. (empresa ligada)	5	4	Assistência S.A. (empresa ligada) (e).....	(293.522)	(308.601)
Passivo	80.220	67.618	Rateio das despesas administrativas	(289.297)	(261.235)
Obrigações a pagar	44.965	32.145	Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	(289.297)	(261.235)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (a)	39.124	30.044	Outras despesas	(1.475)	(1.473)
BSP Affinity Ltda (empresa ligada) (f)	120	120	Banco Bradesco S.A. (controlador final) (c)	(35)	(33)
Bradesco Saúde S.A. (empresa ligada)	5.719	1.981	BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (f)	(1.440)	(1.440)
Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada)	2	-	Despesas com prestação de serviços	(99.371)	(132.599)
Dividendos a pagar	25.177	25.806	CEABS Serviços S.A. (empresa ligada) (b)	(92.409)	(126.388)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	25.177	25.806	Companhia Brasileira de Gestão de		
Coosseguro cedido	78	67	Serviços (Empresa ligada)	(6.892)	(6.111)
Bradesco Vida e Previdência S.A. (controladora direta)	78	67	Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada)	(70)	(100)
Débitos diversos	10.000	9.600	Total (Ativo - Passivo)	(3.990)	97.614
Europ Assistance Brasil Serviços de	10.000	9.600	Total (Receitas - Despesas)	(688.731)	(708.618)
Assistência S.A. (empresa ligada) (e)					

(a) Refere-se ao rateio de despesas administrativas compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.

(b) Prestação de serviço em tecnologia em rastreadores e localizadores.

(c) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

(d) Refere-se a operações compromissadas de títulos públicos.

(e) Referem-se a despesas com assistência 24 horas.

(f) Consultoria comercial em seguros no desenvolvimento de produtos.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros.

Em 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 7.500 (R\$ 7.300 em 2016), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 7.700 (R\$ 4.200 em 2016), para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

	2017	2016
Benefícios de curto prazo a Administradores	9.251	12.477
Proventos	3.980	6.971
Encargos sociais	896	1.568
Planos de previdência complementar de contribuição definida	4.375	3.938
Total	9.251	12.477

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

23 Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmio emitido líquido	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Automóvel/RCF	4.076.107	4.063.039	65,81	16,72
Compreensivo residencial	465.493	429.455	18,98	24,03
Habitacional	272.450	274.365	19,05	0,07
Riscos diversos	155.144	157.746	18,43	35,03
Compreensivo empresarial	141.231	132.654	25,64	33,74
DPVAT	121.634	121.177	84,21	1,19
Rural	103.389	103.622	74,50	23,94
Riscos nomeados e operacionais	93.491	96.515	58,25	12,72
Transporte nacional/internacional/RC cargas	78.598	76.602	67,55	21,41
Marítimo/Aeronáutico/petróleo	49.767	55.843	99,37	18,54
Garantia estendida	17.587	26.020	35,78	47,19
Responsabilidade civil geral	10.379	9.571	(74,61)	28,61
Demais	197.326	198.986	65,81	3,69
Total	5.782.596	5.745.595		

Ramos	Prêmio emitido líquido	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Automóvel/RCF	3.930.443	3.855.397	65,19	16,85
Compreensivo residencial	425.429	430.963	14,78	22,57
Habitacional	210.212	208.297	11,65	0,09
DPVAT	173.807	172.596	85,71	1,42
Riscos nomeados e operacionais	209.264	193.669	40,81	14,93
Transporte nacional/internacional/RC cargas	163.899	160.457	87,73	19,85
Riscos diversos	155.921	158.476		

h. Despesas com tributos

	2017	2016
Despesas com COFINS.....	(100.174)	(90.825)
Despesas com PIS.....	(16.278)	(14.759)
Impostos/federais/estaduais/municipais.....	(9.380)	(5.016)
Despesas com taxa de fiscalização.....	(4.340)	(4.533)
Total.....	(130.172)	(115.133)

i. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa.....	530.106	594.918
Receitas com operações de seguros e resseguros.....	75.578	113.029
Receitas com atualização monetária e depósitos judiciais.....	7.692	13.072
Receitas com títulos de renda variável.....	106	206
Outras receitas financeiras.....	12.951	20.446
Subtotal.....	626.433	741.671
Despesas financeiras		
Despesas com título de renda fixa e variável.....	(93.909)	(28.537)
Atualização monetária de operações de seguros e resseguros.....	(16.635)	(102.540)
Tributação sobre operações financeiras.....	(27.092)	(33.876)
Atualização monetária de contingências passivas.....	(5.833)	(7.447)
Outras despesas financeiras.....	(5.780)	(21.037)
Subtotal.....	(149.249)	(193.437)
Total.....	477.184	548.234

j. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício sobre adições temporárias.....	(17.096)	4.352
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(81.170)	(103.566)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(98.266)	(99.214)

25 Reconciliação da alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social

	2017	2016
Resultado antes de impostos e participações.....	213.267	217.962
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente.....	(95.971)	(98.083)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações no resultado.....	4.047	4.541
Dividendos.....	42	36
Doações, patrocínio e brindes.....	(2.154)	(4.207)
Contribuição entidade de classe.....	(689)	(506)
Outros.....	(2.630)	434
Ajustes efetuados na declaração de rendimento.....	(911)	(1.429)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(98.266)	(99.214)
Alíquota efetiva.....	46,08%	45,52%

26 Outras Informações

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado no balanço demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 6 de fevereiro de 2018, nos jornais Diário de São Paulo e Valor Econômico.

b. Transferência de Carteira

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de julho de 2017, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio da Companhia, com posterior incorporação do acervo cindido para a Bradesco Seguros S.A., decorrente da transferência

de parte das operações de seguros de P&C (*Property and Casualty*), como, por exemplo, ramos Aeronáutico, Marítimo, Responsabilidade Civil e de Transportes ("Seguros de Grandes Riscos").

A Cisão justifica-se pela necessidade de segregação de acervo líquido constituído por determinados ativos e passivos da Bradesco Auto/RE, com incorporação pela Incorporadora como parte de operação de parceria entre a Bradesco Seguros e a Swiss Re Corporate Soluções Brasil Seguros S.A., visando uma melhor exploração das atividades de seguros de grandes riscos. A vigência média da carteira transferida é de 1 ano e 4 meses. Esta transferência foi aprovada pela Portaria SUSEP Nº 7.007 de 4 de outubro de 2017.

Os principais direitos e obrigações relacionados à transferência, conforme contrato celebrado entre as partes são:
i. A Cessionária se compromete a cumprir todas as obrigações pactuadas nos contratos transferidos; e
ii. A Cessionária não assumirá qualquer responsabilidade, individual ou solidária, por quaisquer débitos, obrigações ou responsabilidades da cedente, de qualquer natureza, que não tenham sido transferidos para a cessionária por meio do acervo líquido.

Os principais ativos e/ou passivos decorrentes da transferência de carteira de grandes riscos estão demonstrados, a seguir:

Ativo	
Circulante.....	1.064.303
Caixa.....	1.290
Aplicações financeiras.....	246.649
Crédito das operações com seguros e resseguros.....	251.908
Prêmios a receber (nota 6d).....	186.475
Operações com seguradoras.....	15.628
Operações com resseguradoras (nota 7b).....	49.805
Ativos de resseguros - provisões técnicas (nota 7b).....	546.102
Custos de aquisição diferidos (nota 17c).....	15.704
Outros.....	2.650
Não circulante.....	171.604
Ativos de resseguros - provisões técnicas (nota 7b).....	125.521
Custos de aquisição diferidos (nota 17c).....	475
Depósitos judiciais e fiscais.....	45.608
Total do ativo.....	1.235.907

Passivo	
Circulante.....	857.371
Débitos de operações com seguros e resseguros.....	108.348
Provisões técnicas – seguros (nota 17b).....	733.098
Outros.....	15.925
Não circulante.....	228.547
Provisões técnicas – seguros (nota 17b).....	228.415
Outros.....	132
Total do passivo.....	1.085.918
Acervo líquido.....	149.989

Em atendimento à Circular 517/2015 da SUSEP, segue demonstrativo por ramo das rubricas operacionais.

Ramos	Créditos das operações com seguros e resseguros	Ativo de Resseguro Circulante	Ativo de Resseguro Não Circulante	Provisões Técnicas Circulante	Provisões Não Técnicas Circulante
Aeronáuticos.....	33.188	54.850	10.272	60.322	13.872
Engenharia.....	1.905	6.929	7.995	9.536	10.999
Marítimo.....	9.082	15.000	3.012	23.811	4.206
Property.....	120.447	231.768	54.859	312.343	92.237
RCG.....	10.761	8.688	45.194	24.875	87.067
Riscos Especiais.....	9.823	217.387	1.098	219.890	1.596
Rural.....	-	23	-	26	-
Transporte.....	66.702	11.457	3.091	82.295	18.438
Total.....	251.908	546.102	125.521	733.098	228.415

DIRETORIA

Marco Antonio Messere Gonçalves	Diretor-Gerente
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente
Jair de Almeida Lacerda Júnior	Diretor-Gerente
Curt Cortese Zimmermann	Diretor-Gerente
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor
Saint' Clair Pereira Lima	Diretor
Enrico Giovanni Oliveira Ventura	Diretor
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor
Juliano Ribeiro Marçílio	Diretor

Saint' Clair Pereira Lima
Atuário MIBA nº 943

Getúlio Antônio Guidini
Contador CRC-RS034447/O-7-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Rio de Janeiro – RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osas, 26 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidas da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita acima.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A. 04711-904 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2017
Total de provisões técnicas.....	4.559.165
Total de provisões técnicas auditadas (*).....	4.205.470
Total de ativos de resseguro.....	50.647
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas (*)	31/12/2017
Provisões Técnicas Auditadas (a).....	4.205.470
Valores redutores Auditados (b).....	956.552
Total a ser coberto (a-b).....	3.248.918
(*) De acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2017
Capital Base (a).....	15.000
Capital de Risco (CR) (b).....	1.162.358
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b).....	1.162.358
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2017
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a).....	1.769.459
Exigência de Capital (CMR) (b).....	1.162.358
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b).....	607.101
Ativos Garantidores (d).....	4.126.944
Total a ser Coberto (e).....	3.248.918
Suficiência (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e).....	878.026
Ativos Líquidos em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas (g).....	878.026
Capital de Risco (CR) (**) (h).....	1.097.893
Índice de Liquidez em relação ao CR % (**) (g / h).....	80%

(**) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)

	31/12/2017
0378; 0739; 0740; 0745; 0747; 0749; 0750; 0819; 0859.....	1.280
0111; 0112; 0173; 0523; 0524; 0525; 0544; 0623; 0644; 0775; 0776; 0929; 0936; 0980; 0981; 0982; 0984; 0987; 0990; 0991; 0993; 1066; 1101; 1102; 1103; 1104; 1105; 1106; 1107; 1108; 1109; 1164; 1299; 1329; 1377; 1381; 1384; 1387; 1390; 1391; 1601; 1602.....	1.420
0115.....	2.100
0746.....	2.220
0743.....	3.000
1163.....	3.770
0272.....	4.320
0274; 0437.....	4.700
0433; 0435; 0457; 0628; 0860; 1417; 1428; 1457; 1537; 1597.....	5.031
0351; 0870.....	5.100
0141; 0234; 0977.....	5.500
0171; 0195; 0310; 0531; 0542; 0553; 1061; 1068; 1130; 1162; 1433.....	5.650
0520.....	5.800
0167; 0627.....	6.600
0621; 0622; 0632; 0638; 0652; 0654; 0655; 0656; 0658; 1528; 1535.....	7.000
0114; 0116; 0748; 1065.....	10.000
0118; 0196.....	